

EDUCAÇÃO EM TEMPOS DE PANDEMIA E ISOLAMENTO: PROPOSTAS E PRÁTICAS



Karina de Araújo Dias
(Organizadora)



EDUCAÇÃO EM TEMPOS DE PANDEMIA E ISOLAMENTO: PROPOSTAS E PRÁTICAS



Karina de Araújo Dias
(Organizadora)



Editora Chefe

Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

Assistentes Editoriais

Natalia Oliveira

Bruno Oliveira

Flávia Roberta Barão

Bibliotecária

Janaina Ramos

Projeto Gráfico e Diagramação

Natália Sandrini de Azevedo

Camila Alves de Cremo

Luiza Alves Batista

Maria Alice Pinheiro

Imagens da Capa

Shutterstock

Edição de Arte

Luiza Alves Batista

Revisão

Os Autores

2021 by Atena Editora

Copyright © Atena Editora

Copyright do Texto © 2021 Os autores

Copyright da Edição © 2021 Atena Editora

Direitos para esta edição cedidos à Atena

Editora pelos autores.



Todo o conteúdo deste livro está licenciado sob uma Licença de Atribuição *Creative Commons*. Atribuição-Não-Comercial-NãoDerivativos 4.0 Internacional (CC BY-NC-ND 4.0).

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores, inclusive não representam necessariamente a posição oficial da Atena Editora. Permitido o *download* da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

Todos os manuscritos foram previamente submetidos à avaliação cega pelos pares, membros do Conselho Editorial desta Editora, tendo sido aprovados para a publicação com base em critérios de neutralidade e imparcialidade acadêmica.

A Atena Editora é comprometida em garantir a integridade editorial em todas as etapas do processo de publicação, evitando plágio, dados ou resultados fraudulentos e impedindo que interesses financeiros comprometam os padrões éticos da publicação. Situações suspeitas de má conduta científica serão investigadas sob o mais alto padrão de rigor acadêmico e ético.

Conselho Editorial

Ciências Humanas e Sociais Aplicadas

Prof. Dr. Alexandre Jose Schumacher – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná

Prof. Dr. Américo Junior Nunes da Silva – Universidade do Estado da Bahia

Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná

Prof. Dr. Antonio Gasparetto Júnior – Instituto Federal do Sudeste de Minas Gerais
Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília
Prof. Dr. Carlos Antonio de Souza Moraes – Universidade Federal Fluminense
Prof. Dr. Crisóstomo Lima do Nascimento – Universidade Federal Fluminense
Profª Drª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa
Prof. Dr. Daniel Richard Sant’Ana – Universidade de Brasília
Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia
Profª Drª Dilma Antunes Silva – Universidade Federal de São Paulo
Prof. Dr. Edvaldo Antunes de Farias – Universidade Estácio de Sá
Prof. Dr. Elson Ferreira Costa – Universidade do Estado do Pará
Prof. Dr. Eloi Martins Senhora – Universidade Federal de Roraima
Prof. Dr. Gustavo Henrique Cepolini Ferreira – Universidade Estadual de Montes Claros
Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionele delle Figlie de Maria Ausiliatrice
Prof. Dr. Jadson Correia de Oliveira – Universidade Católica do Salvador
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
Prof. Dr. Luis Ricardo Fernandes da Costa – Universidade Estadual de Montes Claros
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Marcelo Pereira da Silva – Pontifícia Universidade Católica de Campinas
Profª Drª Maria Luzia da Silva Santana – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Rita de Cássia da Silva Oliveira – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof. Dr. Rui Maia Diamantino – Universidade Salvador
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. William Cleber Domingues Silva – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

Ciências Agrárias e Multidisciplinar

Prof. Dr. Alexandre Igor Azevedo Pereira – Instituto Federal Goiano
Profª Drª Carla Cristina Bauermann Brasil – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. Antonio Pasqualetto – Pontifícia Universidade Católica de Goiás
Prof. Dr. Cleberton Correia Santos – Universidade Federal da Grande Dourados
Profª Drª Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná
Profª Drª Diocléa Almeida Seabra Silva – Universidade Federal Rural da Amazônia
Prof. Dr. Écio Souza Diniz – Universidade Federal de Viçosa
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Fágner Cavalcante Patrocínio dos Santos – Universidade Federal do Ceará
Profª Drª Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Prof. Dr. Jael Soares Batista – Universidade Federal Rural do Semi-Árido
Prof. Dr. Júlio César Ribeiro – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Profª Drª Lina Raquel Santos Araújo – Universidade Estadual do Ceará
Prof. Dr. Pedro Manuel Villa – Universidade Federal de Viçosa
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará
Profª Drª Talita de Santos Matos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Tiago da Silva Teófilo – Universidade Federal Rural do Semi-Árido

Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas

Ciências Biológicas e da Saúde

Prof. Dr. André Ribeiro da Silva – Universidade de Brasília

Prof^a Dr^a Anelise Levay Murari – Universidade Federal de Pelotas

Prof. Dr. Benedito Rodrigues da Silva Neto – Universidade Federal de Goiás

Prof^a Dr^a Débora Luana Ribeiro Pessoa – Universidade Federal do Maranhão

Prof. Dr. Douglas Siqueira de Almeida Chaves – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro

Prof. Dr. Edson da Silva – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri

Prof^a Dr^a Elizabeth Cordeiro Fernandes – Faculdade Integrada Medicina

Prof^a Dr^a Eleuza Rodrigues Machado – Faculdade Anhanguera de Brasília

Prof^a Dr^a Elane Schwinden Prudêncio – Universidade Federal de Santa Catarina

Prof^a Dr^a Eysler Gonçalves Maia Brasil – Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira

Prof. Dr. Ferlando Lima Santos – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia

Prof. Dr. Fernando Mendes – Instituto Politécnico de Coimbra – Escola Superior de Saúde de Coimbra

Prof^a Dr^a Gabriela Vieira do Amaral – Universidade de Vassouras

Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria

Prof. Dr. Helio Franklin Rodrigues de Almeida – Universidade Federal de Rondônia

Prof^a Dr^a Iara Lúcia Tescarollo – Universidade São Francisco

Prof. Dr. Igor Luiz Vieira de Lima Santos – Universidade Federal de Campina Grande

Prof. Dr. Jefferson Thiago Souza – Universidade Estadual do Ceará

Prof. Dr. Jesus Rodrigues Lemos – Universidade Federal do Piauí

Prof. Dr. Jônatas de França Barros – Universidade Federal do Rio Grande do Norte

Prof. Dr. José Max Barbosa de Oliveira Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará

Prof. Dr. Luís Paulo Souza e Souza – Universidade Federal do Amazonas

Prof^a Dr^a Magnólia de Araújo Campos – Universidade Federal de Campina Grande

Prof. Dr. Marcus Fernando da Silva Praxedes – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia

Prof^a Dr^a Maria Tatiane Gonçalves Sá – Universidade do Estado do Pará

Prof^a Dr^a Mylena Andréa Oliveira Torres – Universidade Ceuma

Prof^a Dr^a Natiéli Piovesan – Instituto Federaci do Rio Grande do Norte

Prof. Dr. Paulo Inada – Universidade Estadual de Maringá

Prof. Dr. Rafael Henrique Silva – Hospital Universitário da Universidade Federal da Grande Dourados

Prof^a Dr^a Regiane Luz Carvalho – Centro Universitário das Faculdades Associadas de Ensino

Prof^a Dr^a Renata Mendes de Freitas – Universidade Federal de Juiz de Fora

Prof^a Dr^a Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa

Prof^a Dr^a Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande

Ciências Exatas e da Terra e Engenharias

Prof. Dr. Adélio Alcino Sampaio Castro Machado – Universidade do Porto

Prof. Dr. Carlos Eduardo Sanches de Andrade – Universidade Federal de Goiás

Prof^a Dr^a Carmen Lúcia Voigt – Universidade Norte do Paraná

Prof. Dr. Cleiseano Emanuel da Silva Paniagua – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás

Prof. Dr. Douglas Gonçalves da Silva – Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia

Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Profª Drª Érica de Melo Azevedo – Instituto Federal do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Fabrício Menezes Ramos – Instituto Federal do Pará
Profª Dra. Jéssica Verger Nardeli – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho
Prof. Dr. Juliano Carlo Rufino de Freitas – Universidade Federal de Campina Grande
Profª Drª Luciana do Nascimento Mendes – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Marcelo Marques – Universidade Estadual de Maringá
Prof. Dr. Marco Aurélio Kistemann Junior – Universidade Federal de Juiz de Fora
Profª Drª Neiva Maria de Almeida – Universidade Federal da Paraíba
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Profª Drª Priscila Tessmer Scaglioni – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista

Linguística, Letras e Artes

Profª Drª Adriana Demite Stephani – Universidade Federal do Tocantins
Profª Drª Angeli Rose do Nascimento – Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro
Profª Drª Carolina Fernandes da Silva Mandaji – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Profª Drª Denise Rocha – Universidade Federal do Ceará
Prof. Dr. Fabiano Tadeu Grazioli – Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Profª Drª Keyla Christina Almeida Portela – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná
Profª Drª Miranilde Oliveira Neves – Instituto de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará
Profª Drª Sandra Regina Gardacho Pietrobon – Universidade Estadual do Centro-Oeste
Profª Drª Sheila Marta Carregosa Rocha – Universidade do Estado da Bahia

Conselho Técnico Científico

Prof. Me. Abraão Carvalho Nogueira – Universidade Federal do Espírito Santo
Prof. Me. Adalberto Zorzo – Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza
Prof. Dr. Adailson Wagner Sousa de Vasconcelos – Ordem dos Advogados do Brasil/Seccional Paraíba
Prof. Dr. Adilson Tadeu Basquerote Silva – Universidade para o Desenvolvimento do Alto Vale do Itajaí
Prof. Dr. Alex Luis dos Santos – Universidade Federal de Minas Gerais
Prof. Me. Alexsandro Teixeira Ribeiro – Centro Universitário Internacional
Profª Ma. Aline Ferreira Antunes – Universidade Federal de Goiás
Prof. Me. André Flávio Gonçalves Silva – Universidade Federal do Maranhão
Profª Ma. Andréa Cristina Marques de Araújo – Universidade Fernando Pessoa
Profª Drª Andreza Lopes – Instituto de Pesquisa e Desenvolvimento Acadêmico
Profª Drª Andreza Miguel da Silva – Faculdade da Amazônia
Profª Ma. Anelisa Mota Gregoleti – Universidade Estadual de Maringá
Profª Ma. Anne Karynne da Silva Barbosa – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Antonio Hot Pereira de Faria – Polícia Militar de Minas Gerais
Prof. Me. Armando Dias Duarte – Universidade Federal de Pernambuco
Profª Ma. Bianca Camargo Martins – UniCesumar

Profª Ma. Carolina Shimomura Nanya – Universidade Federal de São Carlos
Prof. Me. Carlos Antônio dos Santos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Me. Christopher Smith Bignardi Neves – Universidade Federal do Paraná
Prof. Ma. Cláudia de Araújo Marques – Faculdade de Música do Espírito Santo
Profª Drª Cláudia Taís Siqueira Cagliari – Centro Universitário Dinâmica das Cataratas
Prof. Me. Clécio Danilo Dias da Silva – Universidade Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Me. Daniel da Silva Miranda – Universidade Federal do Pará
Profª Ma. Daniela da Silva Rodrigues – Universidade de Brasília
Profª Ma. Daniela Remião de Macedo – Universidade de Lisboa
Profª Ma. Dayane de Melo Barros – Universidade Federal de Pernambuco
Prof. Me. Douglas Santos Mezacas – Universidade Estadual de Goiás
Prof. Me. Edevaldo de Castro Monteiro – Embrapa Agrobiologia
Prof. Me. Eduardo Gomes de Oliveira – Faculdades Unificadas Doctum de Cataguases
Prof. Me. Eduardo Henrique Ferreira – Faculdade Pitágoras de Londrina
Prof. Dr. Edwaldo Costa – Marinha do Brasil
Prof. Me. Eliel Constantino da Silva – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita
Prof. Me. Ernane Rosa Martins – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás
Prof. Me. Euvaldo de Sousa Costa Junior – Prefeitura Municipal de São João do Piauí
Prof. Dr. Everaldo dos Santos Mendes – Instituto Edith Theresa Hedwing Stein
Prof. Me. Ezequiel Martins Ferreira – Universidade Federal de Goiás
Profª Ma. Fabiana Coelho Couto Rocha Corrêa – Centro Universitário Estácio Juiz de Fora
Prof. Me. Fabiano Eloy Atílio Batista – Universidade Federal de Viçosa
Prof. Me. Felipe da Costa Negrão – Universidade Federal do Amazonas
Prof. Me. Francisco Odécio Sales – Instituto Federal do Ceará
Profª Drª Germana Ponce de Leon Ramírez – Centro Universitário Adventista de São Paulo
Prof. Me. Gevair Campos – Instituto Mineiro de Agropecuária
Prof. Me. Givanildo de Oliveira Santos – Secretaria da Educação de Goiás
Prof. Dr. Guilherme Renato Gomes – Universidade Norte do Paraná
Prof. Me. Gustavo Krahl – Universidade do Oeste de Santa Catarina
Prof. Me. Helton Rangel Coutinho Junior – Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Profª Ma. Isabelle Cerqueira Sousa – Universidade de Fortaleza
Profª Ma. Jaqueline Oliveira Rezende – Universidade Federal de Uberlândia
Prof. Me. Javier Antonio Albornoz – University of Miami and Miami Dade College
Prof. Me. Jhonatan da Silva Lima – Universidade Federal do Pará
Prof. Dr. José Carlos da Silva Mendes – Instituto de Psicologia Cognitiva, Desenvolvimento Humano e Social
Prof. Me. Jose Elyton Batista dos Santos – Universidade Federal de Sergipe
Prof. Me. José Luiz Leonardo de Araujo Pimenta – Instituto Nacional de Investigación Agropecuaria Uruguay
Prof. Me. José Messias Ribeiro Júnior – Instituto Federal de Educação Tecnológica de Pernambuco
Profª Drª Juliana Santana de Curcio – Universidade Federal de Goiás
Profª Ma. Juliana Thaisa Rodrigues Pacheco – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Kamilly Souza do Vale – Núcleo de Pesquisas Fenomenológicas/UFGA
Prof. Dr. Kárpio Márcio de Siqueira – Universidade do Estado da Bahia
Profª Drª Karina de Araújo Dias – Prefeitura Municipal de Florianópolis

Prof. Dr. Lázaro Castro Silva Nascimento – Laboratório de Fenomenologia & Subjetividade/UFPR
Prof. Me. Leonardo Tullio – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Ma. Lilian Coelho de Freitas – Instituto Federal do Pará
Profª Ma. Liliani Aparecida Sereno Fontes de Medeiros – Consórcio CEDERJ
Profª Drª Lívia do Carmo Silva – Universidade Federal de Goiás
Prof. Dr. Lucio Marques Vieira Souza – Secretaria de Estado da Educação, do Esporte e da Cultura de Sergipe
Prof. Dr. Luan Vinicius Bernardelli – Universidade Estadual do Paraná
Profª Ma. Luana Ferreira dos Santos – Universidade Estadual de Santa Cruz
Profª Ma. Luana Vieira Toledo – Universidade Federal de Viçosa
Prof. Me. Luis Henrique Almeida Castro – Universidade Federal da Grande Dourados
Profª Ma. Luma Sarai de Oliveira – Universidade Estadual de Campinas
Prof. Dr. Michel da Costa – Universidade Metropolitana de Santos
Prof. Me. Marcelo da Fonseca Ferreira da Silva – Governo do Estado do Espírito Santo
Prof. Dr. Marcelo Máximo Purificação – Fundação Integrada Municipal de Ensino Superior
Prof. Me. Marcos Aurelio Alves e Silva – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo
Profª Ma. Maria Elanny Damasceno Silva – Universidade Federal do Ceará
Profª Ma. Marileila Marques Toledo – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri
Prof. Me. Pedro Panhoca da Silva – Universidade Presbiteriana Mackenzie
Profª Drª Poliana Arruda Fajardo – Universidade Federal de São Carlos
Prof. Me. Ricardo Sérgio da Silva – Universidade Federal de Pernambuco
Prof. Me. Renato Faria da Gama – Instituto Gama – Medicina Personalizada e Integrativa
Profª Ma. Renata Luciane Polsaque Young Blood – UniSecal
Prof. Me. Robson Lucas Soares da Silva – Universidade Federal da Paraíba
Prof. Me. Sebastião André Barbosa Junior – Universidade Federal Rural de Pernambuco
Profª Ma. Silene Ribeiro Miranda Barbosa – Consultoria Brasileira de Ensino, Pesquisa e Extensão
Profª Ma. Solange Aparecida de Souza Monteiro – Instituto Federal de São Paulo
Profª Ma. Taiane Aparecida Ribeiro Nepomoceno – Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Prof. Me. Tallys Newton Fernandes de Matos – Faculdade Regional Jaguaribana
Profª Ma. Thatianny Jasmine Castro Martins de Carvalho – Universidade Federal do Piauí
Prof. Me. Tiago Silvio Dedoné – Colégio ECEL Positivo
Prof. Dr. Welleson Feitosa Gazel – Universidade Paulista

Educação em tempos de pandemia e isolamento: propostas e práticas

Editora Chefe: Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira
Bibliotecária: Janaina Ramos
Diagramação: Camila Alves de Cremona
Correção: Giovanna Sandrini de Azevedo
Edição de Arte: Luiza Alves Batista
Revisão: Os Autores
Organizadora: Karina de Araújo Dias

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

E24 Educação em tempos de pandemia e isolamento: propostas e práticas / Organizadora Karina de Araújo Dias. - Ponta Grossa - PR: Atena, 2021.

Formato: PDF
Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader
Modo de acesso: World Wide Web
Inclui bibliografia
ISBN 978-65-5706-716-1
DOI 10.22533/at.ed.161210801

1. Educação. 2. Pandemia. 3. Isolamento. I. Dias, Karina de Araújo (Organizadora). II. Título.
CDD 370

Elaborado por Bibliotecária Janaina Ramos - CRB-8/9166

Atena Editora

Ponta Grossa - Paraná - Brasil

Telefone: +55 (42) 3323-5493

www.atenaeditora.com.br

contato@atenaeditora.com.br

DECLARAÇÃO DOS AUTORES

Os autores desta obra: 1. Atestam não possuir qualquer interesse comercial que constitua um conflito de interesses em relação ao artigo científico publicado; 2. Declaram que participaram ativamente da construção dos respectivos manuscritos, preferencialmente na: a) Concepção do estudo, e/ou aquisição de dados, e/ou análise e interpretação de dados; b) Elaboração do artigo ou revisão com vistas a tornar o material intelectualmente relevante; c) Aprovação final do manuscrito para submissão.; 3. Certificam que os artigos científicos publicados estão completamente isentos de dados e/ou resultados fraudulentos; 4. Confirmam a citação e a referência correta de todos os dados e de interpretações de dados de outras pesquisas; 5. Reconhecem terem informado todas as fontes de financiamento recebidas para a consecução da pesquisa.

APRESENTAÇÃO

A coletânea de trabalhos intitulada, “Educação em Tempos de Pandemia e Isolamento: Propostas e Práticas” vêm consolidar a relevância da reflexão sobre as práticas pedagógicas e proposituras em torno da educação no contexto da pandemia da COVID – 19. Em razão das medidas de isolamento social, como uma das estratégias para minimizar o contágio e que culminaram com o fechamento das instituições de ensino, os processos educativos sofreram transformações de cunho metodológico e logístico de modo a atender as novas demandas do ensino não presencial. Nesse sentido, as aulas remotas, o ensino híbrido, a educação a distância, o uso das plataformas digitais e demais ferramentas tecnológicas tomaram à frente, traduzindo novos modos de ensinar e aprender.

Nesse volume, composto por três eixos e totalizando dezesseis artigos, é possível observar a capilaridade com que investigações com esse teor se materializam em variados âmbitos e abordagens teórico-metodológicas.

O primeiro eixo *O LUGAR DA EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA NO CONTEXTO DA PANDEMIA DA COVID-19* apresenta experiências de educação a distância como alternativas aos desafios atribuídos pelo isolamento social.

Em sequência, o eixo *OS DESAFIOS DO ENSINO REMOTO EM TEMPOS DE ISOLAMENTO SOCIAL* identifica vivências pedagógicas que colocam em tela o ensino remoto e híbrido em distintas etapas da escolarização e os desafios que essa estratégia impõe aos educadores.

Por fim, o terceiro eixo intitulado *OS EFEITOS DO CONTEXTO PANDÊMICO NAS PRÁTICAS EDUCACIONAIS* exhibe resultados de estudos que têm, como eixo comum, a reflexão sobre as novas demandas educacionais produzidas pela pandemia da COVID-19.

Os trabalhos que contemplam essa discussão contribuem para repensar a educação e o seu grande valor, bem como as distintas estratégias formuladas pelos educadores, em termos de propostas e práticas, de modo a promover percursos formativos inovadores, incorporando as novas tecnologias como forma de estreitar as distâncias impostas pelo isolamento social.

Cabe destacar a qualidade e a abrangência das temáticas eleitas pelos pesquisadores que compõe essa coletânea.

Desejo que apreciem a leitura.

Karina de Araújo Dias

SUMÁRIO

I. O LUGAR DA EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA NO CONTEXTO DA PANDEMIA DA COVID-19

CAPÍTULO 1..... 1

A EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA E O PROTAGONISMO NA RELAÇÃO ENSINO E APRENDIZAGEM A PARTIR DA REALIDADE DA SECRETARIA MUNICIPAL DE CUIABÁ-MT

Bernadeth Luiza da Silva e Lima

Silvia Maria dos Santos Stering

DOI 10.22533/at.ed.1612108011

CAPÍTULO 2..... 15

EDUCAÇÃO À DISTÂNCIA COMO FERRAMENTA DE APERFEIÇOAMENTO DE PROFESSORES E ALAVANCAGEM PARA O DESENVOLVIMENTO REGIONAL

Jailza do Nascimento Tomaz Andrade

Michele Lins Aracaty e Silva

DOI 10.22533/at.ed.1612108012

CAPÍTULO 3..... 29

EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA NA ERA COVID-19: POSSIBILIDADES, LIMITAÇÕES, DESAFIOS E PERSPECTIVAS. PROCESSOS PEDAGÓGICOS EM TEMPOS DE PANDEMIA ESCOLA DA UNIDADE DE INTERNAÇÃO DO RECANTO DAS EMAS – UNIRE – DF

Claudia Candida de Oliveira

DOI 10.22533/at.ed.1612108013

CAPÍTULO 4..... 47

EDUCAÇÃO EM MEIO A PANDEMIA

Ivaldo Fernandes de Oliveira

DOI 10.22533/at.ed.1612108014

CAPÍTULO 5..... 53

FÍSICA E CULTURA CIENTÍFICA MODERNA E CONTEMPORÂNEA: UM RELATO DE EXPERIÊNCIA EM MEIO À PANDEMIA CAUSADA PELO CORONAVÍRUS

Alencar Migliavacca

Alison Vortmann dos Santos

Camila Gasparin

Wiliam Patrick Gonçalves

DOI 10.22533/at.ed.1612108015

CAPÍTULO 6..... 62

(RE)PENSAR A PRÁTICA DE ENSINO SUPERVISIONADA EM TEMPOS DE PANDEMIA

Ana Margarida Alves Ferreira

Ana Raquel Rodrigues da Costa Aguiar

Joana Maria Guimarães de Oliveira

Maria de Fátima Pereira Sousa Lima Fernandes

DOI 10.22533/at.ed.1612108016

CAPÍTULO 7..... 74

**A PRODUÇÃO DE DIÁRIOS DE CAMPO EM UM CURSO TÉCNICO AGROPECUÁRIO:
UMA ANÁLISE SOB A PERSPECTIVA DO ISD**

Valdeni Venceslau Bevenuto

DOI 10.22533/at.ed.1612108017

II. OS DESAFIOS DO ENSINO REMOTO EM TEMPOS DE ISOLAMENTO SOCIAL

CAPÍTULO 8..... 90

**EDUCAÇÃO INFANTIL E AULAS REMOTAS: DESAFIOS DA GESTÃO ESCOLAR NA
PANDEMIA**

Camila Incau

Elaine Cristina Ferreira de Oliveira

Sirlei Aparecida dos Santos

Sandra Mara Rogeri Jacomin

DOI 10.22533/at.ed.1612108018

CAPÍTULO 9..... 99

**A INCLUSÃO DO EDUCANDO AUTISTA EM TEMPOS DE ENSINO REMOTO: UTOPIA
OU REALIDADE?**

Maria José Gontijo Borges

Inês Maria Marques Zanforlin Pires de Almeida

DOI 10.22533/at.ed.1612108019

CAPÍTULO 10..... 111

**ESCOLA PÚBLICA E OS DESAFIOS DO ENSINO REMOTO EM CONTEXTO DE
PANDEMIA: DESVELANDO DIFICULDADES DA COMUNIDADE ESCOLAR**

Regina Zanella Penteadó

Eduardo Alessandro Soares

Paulo Sergio da Silva Neris

DOI 10.22533/at.ed.16121080110

CAPÍTULO 11 122

USO REMOTO DAS TECNOLOGIAS NA EDUCAÇÃO ESCOLAR E ACADÊMICA

Rafael de Jesus Pinheiro Privado

Telma Bonifácio dos Santos Reinaldo

DOI 10.22533/at.ed.16121080111

CAPÍTULO 12..... 134

**MONITORIA REMOTA DE AUDIOLOGIA DURANTE O DISTANCIAMENTO SOCIAL
PARA CONTROLE DA PANDEMIA DE COVID-19: RELATO DE EXPERIÊNCIA**

Rebeca Mota Cabral e Silva

Carla Aparecida de Vasconcelos

Luciana Macedo de Resende

Patrícia Cotta Mancini

III. OS EFEITOS DO CONTEXTO PANDÊMICO NAS PRÁTICAS EDUCACIONAIS

CAPÍTULO 13..... 141

PRÁXIS PEDAGÓGICA E CIBERFORMAÇÃO DOCENTE EM TEMPO DE COVID-19:
PERSPECTIVAS E DESDOBRAMENTOS PEDAGÓGICO-CIENTÍFICOS

Úrsula Cunha Anecleto
Ediluzia Pastor da Silva
Luciana Oliveira Lago

DOI 10.22533/at.ed.16121080113

CAPÍTULO 14..... 156

OS EFEITOS DO DISTANCIAMENTO SOCIAL EM CONTEXTO DE PANDEMIA
(COVID-19) NO DESENVOLVIMENTO COGNITIVO DA CRIANÇA EM PROCESSO DE
ALFABETIZAÇÃO: UMA VISÃO VYGOTSKYANA

Rita Celiane Alves Feitosa
Sandra Alexandre dos Santos
Veronica Nogueira do Nascimento
Janete de Souza Bezerra
Gécica Coelho do Nascimento Oliveira
Micaele Rodrigues Feitosa Melo
Gracione Batista Carneiro Almeida
Maria Daiane de Oliveira Lima

DOI 10.22533/at.ed.16121080114

CAPÍTULO 15..... 166

O COVID 19 NAS REDES SOCIAIS: ANÁLISE DE UMA PRÁTICA PEDAGÓGICA SOBRE
VÍRUS NUMA PERSPECTIVA DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, SOCIEDADE E AMBIENTE
(CTSA) A PARTIR DO CONTEXTO PANDÊMICO

Camila Oliveira Lourenço
Antonio Fernandes Nascimento Junior

DOI 10.22533/at.ed.16121080115

CAPÍTULO 16..... 174

A GESTÃO ESCOLAR EM CONFRONTO COM A MORTE E O LUTO EM TEMPOS DE
CORONAVÍRUS

Gleucimar Romana Faria
Francisco Assis de Carvalho

DOI 10.22533/at.ed.16121080116

SOBRE A ORGANIZADORA..... 185

ÍNDICE REMISSIVO..... 186

EDUCAÇÃO À DISTÂNCIA COMO FERRAMENTA DE APERFEIÇOAMENTO DE PROFESSORES E ALAVANCAGEM PARA O DESENVOLVIMENTO REGIONAL

Data de aceite: 04/01/2021

Jailza do Nascimento Tomaz Andrade

Universidade de Taubaté/SP
<http://lattes.cnpq.br/5205993305147960>

Michele Lins Aracaty e Silva

UNISC
<http://lattes.cnpq.br/9852711626925841>

RESUMO: O presente artigo relata sobre a modalidade da educação à distância, como fato cada vez mais utilizado desde a educação básica ao ensino superior, extrapolando-se para os cursos abertos. Seu objetivo foi abordar a educação à distância no Brasil, pesquisando conceitos, histórico e processo legal, utilizando como metodologia qualitativa para o assunto, descritiva para os objetivos, além de bibliográfica para os procedimentos técnicos. Percebeu-se que a educação à distância é permeada pelo uso de tecnologias de informação, fato que promove a interação entre o professor e o estudante. Iniciou-se por meio dos cursos feitos por correspondência e atualmente utiliza-se a internet, sendo que atualmente é uma modalidade amplamente utilizada no Brasil, com legislação específica para esta modalidade. Constatou-se que a educação à distância no Brasil é uma modalidade com amparo legal, estimulada pelo poder público e que exige que o professor se prepare para este novo momento, como forma de manter-se atualizado e preservando sua empregabilidade. Assim, a EaD contribui para a promoção do acesso do

estudante, principalmente ao ensino superior, com a diminuição do preconceito em relação aos egressos de tal modalidade de ensino e contribui para o desenvolvimento do futuro profissional e para o desenvolvimento regional.

PALAVRAS-CHAVE: Educação à distância. Desenvolvimento. Tecnologias.

ABSTRACT: This article reports on the modality of distance education, as a fact that is increasingly used from basic education to higher education, extrapolating to open courses. Its objective was to approach distance education in Brazil, researching concepts, history and legal process, using as a qualitative methodology for the subject, descriptive for the objectives, in addition to bibliography for technical procedures. It was noticed that distance education is permeated by the use of information technologies, a fact that promotes the interaction between the teacher and the student. It started by means of correspondence courses and currently the internet is used, and it is currently a modality widely used in Brazil, with specific legislation for this modality. It was found that distance education in Brazil is a modality with legal support, stimulated by the government and that requires the teacher to prepare for this new moment, as a way of keeping up to date and preserving their employability. Thus, EaD contributes to the promotion of student access, mainly to higher education, with the reduction of prejudice in relation to graduates of such teaching modality and contributes to the development of the professional future and to regional development.

KEYWORDS: Distance education. Development. Technologies.

INTRODUÇÃO

A Educação à Distância, mais conhecida como modalidade EaD, dá-se por meio do uso das tecnologias da informação, onde o professor não se faz presente fisicamente o mesmo ocorre em relação ao aluno. Essa separação pode acontecer no espaço, onde o professor está fisicamente distante do aluno e também pode acontecer no tempo, em que o conteúdo é previamente elaborado e depois disponibilizado ao aluno, fugindo à regra antiga de professor e aluno interagindo no mesmo local e no mesmo tempo.

Impossível ignorar seu avanço através dos anos, tendo inclusive embasamento legal no Brasil. Assim, pretende-se apresentar os aspectos de conceito da EaD, sua história e seus aspectos legais, finalizando com a apresentação das ferramentas que o docente deve conhecer e aprender para adaptar-se a este novo momento no mercado da educação.

Não podemos deixar de olhar para a modalidade de ensino à distância como ferramenta de aperfeiçoamento humano com vista para o mercado de trabalho e contribuição para o desenvolvimento regional em especial para as regiões com elevados indicadores de vulnerabilidade social em vista de apresentarem os mais baixos indicadores de desenvolvimento do país, caso das regiões Norte e Nordeste do Brasil.

Para atingir tais objetivos, esta pesquisa é qualitativa, pois preocupa-se em conhecer a realidade do tema, não se atendo à números. É ainda uma pesquisa descritiva, para possibilitar a correta descrição dos conceitos, o histórico do processo e seu amparo legal. Os procedimentos de pesquisa são bibliográficos, amparados na busca de fontes escritas em artigos científicos, livros, legislação vigente, entre outros.

Para tanto, este artigo está dividido em Introdução, Desenvolvimento com a discussão acerca da evolução histórica da EaD no Brasil, Aspectos Gerais da Legislação sobre EaD no Brasil, Ferramentas para a Modalidade EaD, Capital Humano e Desenvolvimento Regional, Aspectos Metodológicos, Considerações Finais e Referências.

DESENVOLVIMENTO

Conceituação da Educação à Distância:

A Educação à Distância – EaD é cada vez mais utilizada para proporcionar aos estudantes o ingresso em cursos técnicos, cursos profissionalizantes, graduação e até pós-graduação. Para que aconteça, é necessário utilizar as tecnologias da informação e comunicação, também conhecidas pela sigla TIC's. Tais tecnologias proporcionam que docente e discente estejam em locais diferentes, que não tenham horário previamente marcado para que a aula aconteça; ao invés disso, cada discente estuda onde e como quiser: em casa, no ônibus, durante um exercício físico etc. É o estudante quem vai definir o melhor horário para si. Entretanto, existem momentos em que o estudante pode ter contato

com o professor, para tirar dúvidas ou receber instruções específicas e, para tanto, podem fazer uso de chats, videoconferências, telefone, fóruns e até por mensagens via aplicativos de celular (GUAREZI e MATOS, 2012, p. 18).

Maia e Matar (2007) afirmam que a EaD precisa ser planejada por instituições de ensino, utilizando tecnologias de comunicação. Tal planejamento precisa acompanhar e supervisionar se os alunos estão realmente aprendendo e cada instituição pode desenvolver a metodologia que lhe seja mais conveniente, visando facilitar o aprendizado.

Para Landim (1997), a educação à distância é diferente das atividades de ensino, que se volta mais para treinamento de pessoas. A educação, para ele, é processo de ensino-aprendizagem, onde o aluno aprende a aprender. Ele cria, pensa, inova, constrói seu próprio conhecimento. Ou seja, para atender esta modalidade, é necessário que o aluno esteja consciente de que ele é o protagonista de seu próprio aprendizado e terá que descobrir formas para que entenda o que está sendo transmitido de maneira não tradicional. Há que se salientar que os alunos podem ainda encontrar-se em grupo para estudo e avaliação.

A modalidade EaD foi regulamentada no Brasil pelo Decreto número 5.622/2005, regulamentando o artigo 80 da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, onde afirma que o poder público vai incentivar o EaD em todas as frentes de ensino e da educação continuada. Entretanto, apenas instituições credenciadas pelo governo poderão oferecer tal modalidade de ensino, sendo prerrogativa também do Governo o registro dos diplomas dos alunos, não havendo qualquer diferença entre diplomas EaD e cursos presenciais, ou seja, o diploma tem o mesmo valor que qualquer outro diploma de qualquer instituição que ofereça o curso presencial, sendo esta uma forma de valorização e de incentivo à EaD.

É também no Decreto 5622/2005 que encontra-se a seguinte definição:

Modalidade educacional na qual a mediação didático-pedagógica nos processos de ensino e aprendizagem ocorre com a utilização de meios e tecnologias de comunicação e informação, com estudantes e professores desenvolvendo atividades educativas em lugares ou tempos diversos. (DECRETO 5.622, 2005, Art. 1º)

Esta legislação considera ainda que a EaD deve contemplar também a avaliação regular, os estágios obrigatórios, a defesa dos trabalhos de conclusão de curso – TCC, além de práticas realizadas em laboratório, conforme cada caso. Ou seja, o estudo é à distância, mas suas exigências de qualificação são as mesmas de qualquer outro curso presencial.

É ainda no Decreto 5622/2005 que encontram-se e descritos os níveis permitidos para oferta de EaD, a saber: educação básica, educação de jovens e adultos, educação especial, educação profissional, sejam eles técnicos (nível médio), tecnológicos (nível superior), educação superior (sequencial, de graduação, de especialização, de mestrado e de doutorado).

Evolução Histórica da EaD no Brasil

A história da modalidade EaD no Brasil é longa e com vários estágios e, portanto, este artigo se restringirá àquelas ações que mais se destacaram na evolução deste processo.

Para Ribeiro (2014), a EaD como é conhecida hoje, é apenas a evolução de um processo que já existia. Entretanto, passou-se a utilizar as tecnologias disponíveis atualmente, fato que não era possível no passado.

De acordo com as pesquisas de Moore e Kearsley (2007), a evolução da EaD passou por várias gerações, onde a primeira deu-se por correspondência, a segunda por rádio e televisão, a terceira pela invenção das universidades abertas e a última por meio do ensino-aprendizagem de maneira on-line, baseadas nas tecnologias disponíveis na internet.

Nunes (1993) descreve que o Instituto Rádio Monitor implantou a EaD em 1939, seguido do Instituto Universal Brasileiro, em 1941. Entretanto, para facilitar o entendimento, a evolução da EaD será demonstrada em décadas, a partir de 1940 até os dias atuais:

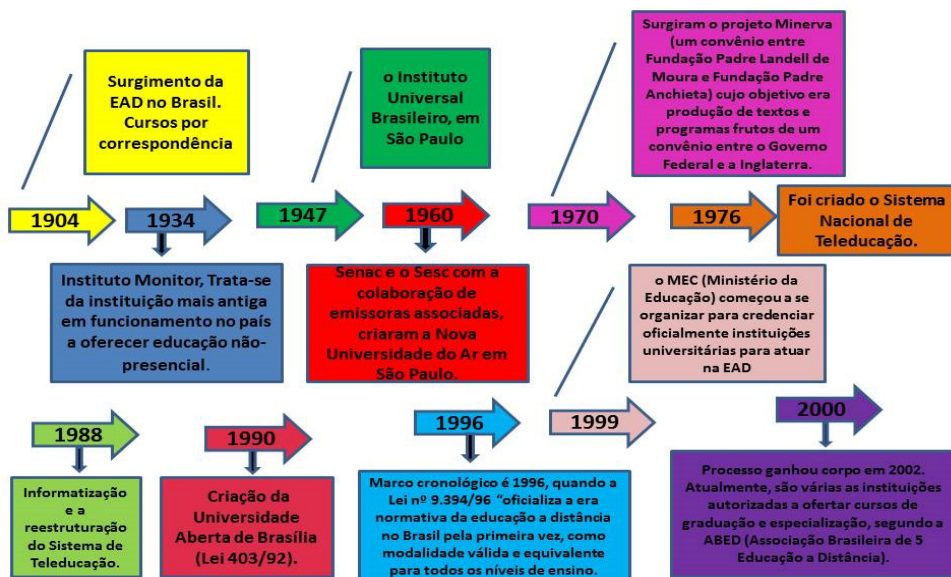


Figura 1 – Evolução Histórica da EaD no Brasil -

Fonte: Souza (2017)

Na Figura 1, podemos observar a evolução do processo histórico do uso da ferramenta de EaD como modalidade complementar ao tradicional ensino presencial.

A EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA COMO POLÍTICA PÚBLICA

Segundo Primo (2014), a Educação a Distância como uma ação das políticas públicas implementadas pelos governos (Federal, Estadual, Municipal) busca o atendimento de uma educação crescente, inclusiva, com foco no desenvolvimento humano e regional país, esse contexto pode ser referendado por Hofling (2001, p.30-41) quando diz “políticas públicas entendidas como “o estado em ação”, implantando um projeto de governo, através de programas, de ações voltadas para setores específicos da sociedade.

Ainda para a autora (2014), somente no final do século passado, mediante a promulgação pelo Congresso Nacional (BRASIL, 1996), da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - Lei 9394/96, o estado brasileiro demonstrou interesse nas possibilidades da EaD como modalidade de ensino e em sua capacidade de ampliar o acesso dos brasileiros ao ensino superior e a especialização, isso demonstra a efetivação de política pública de desenvolvimento, pois a referida Lei em seu artigo 80 das Disposições Gerais, Título VIII, referenda que: “O poder público incentivará o desenvolvimento e a veiculação de programas de ensino a distância, em todos os níveis e modalidade de ensino, e de educação continuada”.

Assim, de forma ampla, a autora faz ênfase às diversas definições e modelos sobre políticas públicas, sendo que os elementos principais que devem ser considerados são: A política pública permite distinguir entre o que o governo pretende fazer e o que, de fato, faz; A política pública envolve vários atores e níveis de decisão, embora seja materializada através dos governos, e não necessariamente se restringe a participantes formais, já que os informais são também importantes; A política pública é abrangente e não se limita a leis e regras; A política pública é uma ação intencional, com objetivos a serem alcançados; A política pública, embora tenha impactos no curto prazo, é uma política de longo prazo; A política pública envolve processos subsequentes após sua decisão e proposição, ou seja, implica também implementação, execução e avaliação.

ASPECTOS GERAIS DA LEGISLAÇÃO SOBRE EAD NO BRASIL

Neste tópico serão apresentadas as bases legais da EaD no Brasil, fato que legaliza esta modalidade tanto quanto a modalidade presencial. Inicialmente, foi constituída a Lei 9.394/1996, conhecida como a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, ou LDB, que estabeleceu, entre outros tópicos, os cursos que poderiam ser ofertados na modalidade à distância, exigência de credenciamento das Instituições de Ensino Superior – IES, exigência de autorização e de reconhecimento para os cursos de nível superior, tal qual os cursos presenciais. Para os cursos *stricto sensu*, exigência de autorização, reconhecimento e renovação de reconhecimento para pós-graduação. Em caso de instituições credenciadas, para os cursos *lato sensu*, dispensa de autorização e reconhecimento. Definiu como possível o aproveitamento de estudos entre as modalidades presencial e à distância e

estabeleceu como obrigatório a realização de exames presenciais para os cursos de graduação e subsequentes.

Posteriormente, foi publicada a Resolução CNE/CES 1/2001, que estabelecia normas para cursos de especialização, de mestrado e de doutorado, restritos às instituições credenciadas pela União. Esta resolução foi alterada pela CNE/CES número 2 em 09 de junho de 2005, onde dispõe sobre cursos de pós-graduação oferecidos no país por organizações estrangeiras, onde orienta que os alunos encaminhem seus diplomas para reconhecimento às universidades avaliadas pela CAPES e reconhecidas pelo MEC, que ofereçam cursos na mesma área do conhecimento.

Na sequência, foi publicado o Decreto 5.773/2006, que especificava questões para regulação, supervisão e avaliação das instituições que ofereciam cursos EaD, cabendo tais funções ao Ministério da Educação, tanto quanto pelo Conselho Nacional de Educação (CNE), pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP) e também pela Comissão Nacional de Avaliação da Educação Superior (CONAES).

Ainda em 2006 é publicado o Decreto número 5.800, que trouxe o Sistema Universidade Aberta do Brasil – UAB, que daria prioridade aos cursos de licenciatura e formação inicial e continuada aos professores voltados à educação básica no Brasil, além de capacitar gestores e equipe de trabalhadores na educação básica. Era intenção das UAB proporcionar o acesso ao ensino superior nas regiões menos favorecidas, diminuindo o diapasão de oportunidades entre as pessoas das diferentes regiões no país.

E 2007, fala-se na qualidade da EaD, por meio dos Referenciais de Qualidade para Educação Superior à Distância, complementando a Lei de Diretrizes e Bases da Educação. Salienta-se que esses Referenciais não possuem força de lei, mas tratam assuntos importantes como o Projeto Político Pedagógico – PPP, enfatizado que este deve considerar os aspectos pedagógicos e os recursos, tanto humanos quanto de infraestrutura. Tem-se que as instruções de avaliação para credenciamento das IES para oferecer cursos EaD foram tratadas na Portaria 1.047/2007.

O Decreto 5.622/2005 e 5.773/2006 foram alterados em alguns dispositivos pelo Decreto 6.303/2007, deixando esse tema sempre atual e sob a mira da legislação.

Percebe-se a importância da EaD no Brasil quando se investiga a quantidade de legislação criada para regulamentar essa modalidade, que é recente, se comparada à modalidade tradicional, presencial. Entretanto, conforme apresentado neste tópico, a modalidade EaD não é menos importante que esta e abre portas para que qualquer pessoa, em qualquer lugar, tenha acesso a um ensino de qualidade de sua preferência.

FERRAMENTAS PARA A MODALIDADE EAD

Conforme foi demonstrado na evolução do EaD no Brasil, esta modalidade deu-se até por correspondências, mas, atualmente, não há como falar em EaD sem o apoio das TIC's.

O poder público, ao longo da história, desenvolveu vários programas para possibilitar o acesso às tecnologias na escola, entre elas: o Programa Nacional de Informática Educativa – PRONINFE (1989), o Programa Nacional de Informática na Educação – PROINFO (1997), Programa Um Computador por Aluno – PROUCA (2010), conforme relata Andrade *et al* (2019). Entretanto, tais programas não garantem que o professor saiba utilizar as recentes tecnologias, principalmente em seu favor no contexto EaD.

Neste ínterim, Brito (2012) salienta que, para atender a este momento educacional tomando por base o uso das tecnologias, o professor precisa dominar tais ferramentas e ressignificar seu pensamento, reestruturando seu modo de ensinar, até então arraigado na metodologia tradicional.

Em recente pesquisa, Schumacher *et al* (2017), concluíram que:

Os resultados apontam para a deficiência com que o conhecimento em TIC é desenvolvido no decorrer da formação do futuro professor. Nos cursos analisados, o percentual dos formadores que praticam o desenvolvimento do conteúdo curricular de forma frequente, fazendo uso ou desenvolvendo o conhecimento em TIC, não chega a 50%. (Schumacher *et al*, p. 571, 2017)

Portanto, não há como falar em formação por meio do EaD, se o professor não se preparar para esta transição que, entre outras, é garantia de emprego e, mais que isso, garantia da qualidade do ensino.

Segundo Silva (2011), foi por meio das TIC's que foi possível democratizar o acesso ao ensino superior no Brasil, por meio da EaD, considerando a popularização da internet, pois tais tecnologias servem para comunicar, caracterizando-se por tornar a comunicação menos palpável, porém, mais acessível, servindo para captar, transmitir e distribuir as informações, sejam estas informações manifestadas por texto, imagem, vídeo ou som.

De acordo com Campos (2007), a EaD saiu do livro, da apostila, da revista na 1ª geração, passou para a televisão, o vídeo, o rádio na 2ª geração e chegou à 3ª geração, hoje, com o uso da realidade virtual, simulador, correio eletrônico (e-mail), lista de discussão (chat), bate-papo, videoconferência, jogos, entre outros.

Assim, tomando por base essa necessidade atual, o docente há que se adaptar e urge a necessidade de aprender a lidar, não mais com o computador ou Datashow, mas com aplicativos, chats e vários outros mecanismos que são usados para facilitar esta aprendizagem mediada.

Além dessas tecnologias, o professor que trabalha com EaD, geralmente deverá utilizar o Ambiente Virtual de Aprendizagem – AVA. Para Vigneron (2003), ao lecionar para 50 alunos em uma sala de aula tradicional, o professor já sabe o que o espera, conhece os alunos, suas ansiedades e necessidades. Entretanto, no ambiente virtual, deverá também preparar-se para o problema singular de cada aluno, seus problemas de compreensão diferentes e isolados, analisando como este aluno estuda, como ele busca e se busca orientação, se participa dos grupos de alunos, se usa a bibliografia indicada, enfim... uma

série de novas exigências e de aprendizado também para o professor.

O grande desafio das IES nesse momento, é capacitar o professor/tutor para este novo momento, pois os AVAs manifestam-se sob novas maneiras da prática educacional, considerando que o conhecimento nasce da dúvida, da incerteza dos fatos e da busca contínua de possibilidades (NEVADO, 2007).

EDUCAÇÃO, CAPITAL HUMANO E DESENVOLVIMENTO REGIONAL

Sousa e Freiesleben (2018), consideram a educação um fator preponderante para o desenvolvimento local, regional e/ou mundial. Uma vez que, atualmente, tem-se na educação um dos âmbitos mais importantes para o desenvolvimento do país, e reconhecendo ser a produtividade, o resultado desse conhecimento, eficiência e transformação das técnicas e tecnologias.

Segundo Silva e Costa (2017), *apud* Silva (2013), a evolução do capitalismo é marcada por mudanças que possibilitaram melhorias nos métodos de produção, na organização das empresas e no mercado de trabalho, incluindo os ganhos monetários da mão-de-obra.

Portanto, a produtividade é o resultado do conhecimento, eficiência e transformação das técnicas e tecnologias. Não é possível esperar aumento da produtividade sem levar em conta os aspectos estruturais e institucionais que moldam uma sociedade, seja em economias basicamente agrícolas ou altamente industrializadas – até porque é o arranjo da atividade econômica –, seja no nível organizacional do trabalho ou no simples aumento de entrada de fomentadores do crescimento econômico, que vai propiciar o aumento da produtividade. Desta forma, observamos que pela educação e qualificação obtêm-se o arranjo institucional necessário para o bom desenvolvimento, local, regional e até mesmo mundial. (SOUSA e FREIESLEBEN, 2018, p. 9).

Para Silva (2013), o investimento em recursos humanos torna-se peça-chave para criar ou viabilizar a implantação de novos produtos ou métodos de produção, sendo as escolas, universidades e centros de pesquisa, protagonistas no processo de inovação.

Para Silva e Costa (2017) *apud* Reis (2012) as teorias que atribuem às qualidades individuais como determinantes de melhores cargos e acréscimos de renda, são consideradas como Teorias do Capital Humano, assim:

os principais fatores que afetam a mobilidade dos trabalhadores se relacionam à sua produtividade. Estes fatores incluem a escolaridade formal, treinamentos profissionais, experiência, conhecimento, motivação, atitudes, talento, e, acima de tudo, habilidades. Assim, espera-se que trabalhadores mais produtivos tenham maior potencial para ocupar os melhores empregos no mercado de trabalho, enquanto os trabalhadores menos produtivos assumiriam as piores ocupações. (REIS, 2012, p. 26).

Ainda para Silva e Costa (2017) *apud* Siedenberg (2003), o conceito de

desenvolvimento por muito tempo foi considerado como sinônimo de crescimento, inteiramente ligado ao contexto econômico. Após diversas pesquisas nas áreas das Ciências Sociais Aplicadas tornou-se um conceito-chave, sendo responsável pela interdisciplinaridade entre as áreas de estudo.

De acordo com Barros *et al.* (2012), a sustentabilidade do desenvolvimento socioeconômico está diretamente associada à velocidade e à continuidade do processo de expansão educacional. Essa relação direta se estabelece a partir de duas vias de transmissão distintas.

Ainda para Sousa e Freiesleben (2018) *apud* Durkheim, (1999), o fato de se viver em sociedades complexas, bem como conviver com diferentes interesses e conflitos, resulta numa coexistência que passa a ser administrada por meio de interesses públicos. Foi neste sentido que surgiu a política, com o intuito de propiciar o bem comum dos cidadãos, integrando a sociedade. Os fatos sociais estão na sociedade e caso os indivíduos não se adaptem às regras da sociedade existirão sanções. Assim também acontece no contexto da educação, onde, do mesmo modo, é possível observar o papel de produção e reprodução do ser social, seja no contexto familiar ou social (amigos e escola), pois consiste num esforço contínuo de imposição à criação de maneiras de ver, sentir, ideias a seguir e formas de agir, às quais ela não teria chegado espontaneamente.

Ainda segundo os autores (2018) *apud* Nazzari *et al.*, (2004):

no momento atual, tem-se na educação um dos âmbitos mais importantes para o desenvolvimento do país, pois ela atua como valorização e empoderamento dos cidadãos, permitindo o fortalecimento e a eficácia das redes de capital social e priorizando o desenvolvimento regional (NAZZARI *et al.*, 2004). Por meio da aquisição de conhecimentos o indivíduo aumenta sua renda, sua qualidade de vida e conseqüentemente ocorre o crescimento da nação, ainda que seja um processo lento e necessite de constantes ajustes. (NAZZARI *et al.*, 2004, p. 34).

Ainda segundo Sousa e Freiesleben (2018) *apud* Freire (1997, p. 16) em todo caso, “enquanto prática desveladora, gnosiológica, a educação sozinha, porém, não faz a transformação do mundo, mas esta a implica” como matriz principal do desenvolvimento regional, pois conscientiza o ser de sua realidade social, funcionando como uma espécie de motivador psicológico de sua transformação. Quando empoderados os indivíduos dotados.

A importância da educação e os efeitos benéficos dela aos ambientes sociais e econômicos também são discutidos por Adam Smith (2012, p. 127), onde afirma que:

a preocupação educacional aponta pela via da qualificação, cujo papel central é o aumento da produtividade, onde a maioria da população se presta a exercer atividades rotineiras, de baixa capacidade intelectual, isso porque “Numa sociedade civilizada, são apenas os extremamente pobres que fazem por ofício o que outra sorte de pessoas procura por passatempo”.

Ainda convém lembrar que, Smith (2012), deixa claro que a educação também

beneficia a economia de maneira indireta, pois as pessoas instruídas são mais conscientes na cadeia produtiva, os trabalhadores são ordenados e colaboram com a hierarquia das posições econômicas

Ainda de acordo com Barros *et al.* (2012), na sociedade brasileira contemporânea, as defasagens, absoluta e relativa, na escolaridade da população explicam, de modo significativo, a intensa desigualdade de renda do país. Especificamente no que se refere ao mercado de trabalho, observamos que a heterogeneidade da escolaridade entre os trabalhadores e o valor atribuído aos anos de escolaridade adicionais representam os principais determinantes da desigualdade salarial.

A disparidade escolaridade x rendimento salarial, aumento da renda *per capita* e desenvolvimento regional são mais evidentes em regiões com elevado grau de vulnerabilidade social. No caso brasileiro, nas regiões Norte e Nordeste.

Acreditamos que a modalidade de ensino à distância ou EaD torna-se uma ferramenta imprescindível que pode vir a contribuir para melhorar o processo educacional e profissionalizante do capital humano de regiões vulneráveis e assim possibilitar ganhos salariais mais elevados.

ASPECTOS METODOLÓGICOS

Os procedimentos metodológicos deste trabalho são de uma pesquisa de base qualitativa por ser uma forma adequada para entender a relação teórica para a discussão da modalidade de ensino à distância.

Em relação aos fins, esta pesquisa foi definida como exploratória, visto que buscou obter maiores informações sobre o assunto do tema por meio de material já publicado e por estudos já desenvolvidos.

Quanto ao material utilizado para a construção da pesquisa, fez-se uso de material de caráter bibliográfico para a construção da base teórica e histórica da educação à distância e para a análise dos dados, fizemos uma análise direta com base na revisão bibliográfica realizada.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O acesso ao ensino através do modelo EaD tem aumentado nas últimas décadas, conforme foi demonstrado ao longo desse artigo. Isso originou-se no século passado e foi incentivado pelo Governo, com o objetivo de proporcionar o acesso à formação adequada às pessoas de diferentes localidades, onde, muitas vezes, não era possível frequentar o ensino tradicional, presencial.

De acordo como o Plano Nacional de Educação, o processo de universalização e democratização do ensino no Brasil apresenta déficits educativos e desigualdades sociais elevados. Os desafios educacionais existentes podem ter na educação a distância, um

meio auxiliar de indiscutível eficácia e de atendimento as demandas regionais.

Ao introduzir novas concepções de tempo e espaço na educação, a EaD tem função estratégica na contribuição para o surgimento de mudanças significativas nas instituições de ensino e grande influência nas decisões a serem tomadas pelos gestores políticos e pela sociedade civil na definição das prioridades educacionais.

Várias legislações foram criadas para dar amparo legal à esta modalidade, o que tornou o EaD um negócio atraente para diversas IES e uma formação para os mais diversos alunos, com diferentes necessidades.

Entretanto, para que isto ocorra, torna-se necessário a constante do professor a este novo momento, que vem romper o ensino tradicional de séculos, em que o professor encontrava-se em sala de aula, com suas ferramentas também tradicionais. Este novo momento impõe que o professor se prepare, saiba usar as TIC's para transmitir a este aluno, que muitas vezes já nasceu em um mundo tecnológico, os conhecimentos necessários ao seu desenvolvimento.

Muitas ferramentas já são conhecidas e utilizadas pelos professores de EaD, outras ainda serão popularizadas e criadas, mas agora o professor encontra-se na mesma exigência dos alunos: aprender sempre. Tanto por uma questão de sua própria atualização, quanto por aproveitar este novo momento que se apresenta em constante crescimento e como oportunidade de empregabilidade para este novo professor.

Em relação à educação e o uso do EaD e sua contribuição para o desenvolvimento regional pode-se afirmar que a educação é multiplicadora do empoderamento e da eficácia da produção produtiva do capital humano propiciando a este um melhor aperfeiçoamento e preparação para o mercado de trabalho o que lhes acarretará elevação dos seus ganhos e melhores oportunidades.

Porém, não podemos deixar de levantar a bandeira de que as ações para fomentar o desenvolvimento regional através da educação e das ferramentas de EaD dependem de implementação de políticas públicas com base em legislações claras e eficazes que visam a integração regional e levar educação à áreas mais distantes e a populações mais vulneráveis dando-lhes mais oportunidade de emprego e renda e um salário mais elevado.

Não se pretendeu aqui esgotar o assunto, mas refletir sobre ele, pois conforme os estudos revelaram, foi possível perceber discordâncias por parte de alguns autores. Outrossim, percebe-se que o tema tratado está em constante mudança e que, portanto, não há como se finalizar ou concluir um conhecimento, deixando vertentes que merecem um aprofundamento maior e melhor de estudo.

Assim, este artigo atendeu ao objetivo proposto, deixando como sugestão para um próximo estudo, por exemplo, um comparativo percentual de alunos matriculados no EaD e no ensino presencial, demonstrando inclusive, sua evolução nas últimas décadas.

Ademais, o uso da educação à distância pode contribuir para reduzir as disparidades regionais brasileiras. Visto que as Regiões Norte e Nordeste do Brasil apresentam

indicadores educacionais historicamente inferiores aos observados nas demais regiões brasileiras e uma das causas é a vastidão demográfica destas regiões bem como a infraestrutura ineficiente.

REFERÊNCIAS

ANDRADE *et al*, **Um repensar acerca do processo de ensino-aprendizagem com o advento das tecnologias educacionais**, E-book do Simpósio Internacional de Tecnologias Digitais na Educação, São Luís, 2019. p. 16650 a 1660.

BARROS, P.; HENRIQUES, R.; MENDONÇA, R. **Pelo Fim das Décadas Perdidas: Educação Desenvolvido Sustentado no Brasil**. Texto para Discussão 857. IPEA. ISSN 1415-4765. Rio de Janeiro, 2012. Disponível em: <http://www.empreende.org.br/pdf>. Acesso em: 20 out. 2019.

BRITO, G. S., **Educação e novas tecnologias: um (re)pensar** – Curitiba: InterSaber, 2012.

CAMPOS, Fernanda Claudia Alves *et al*. **Fundamentos da educação à distância, mídias e ambientes virtuais**. Juiz de Fora: Editar, 2007.

DURKHEIM, E. Da divisão do trabalho social. 2. ed. São Paulo: M. Fontes, 1999.

FREIRE, P. **Pedagogia da esperança: um reencontro com a pedagogia do oprimido**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.

GUAREZI, Rita de Cássia Menegaz; MATOS, Márcia Maria de. **Educação a distância sem segredos**. Curitiba: InterSaber, 2012.

HOFLING, Eloisa de Mattos. Estado e políticas (públicas) sociais. Cad. CEDES. 2001, vol.21, n.55, pp. 30-41.

LANDIM, Cláudia Maria das Mercês Paes Ferreira. **Educação à distância: algumas considerações**. Rio de Janeiro: s.n., 1997.

MAIA, Carmem; MATTAR, João. **ABC da EaD: a Educação a Distância hoje**. São Paulo: Pearson, 2007.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. **Decreto Nº 6.303/07**. Brasília, DF, 12 dez. 2007. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2007/decreto/D6303.htm>. Acesso em: 04 fev. 2020.

_____. **Decreto Nº 5.622/05**. Brasília, DF, 19 dez. 2005. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2005/decreto/d5622.htm>. Acesso em: 04 fev. 2020.

_____. **Decreto Nº 5.773**. Brasília, DF, 09 maio 2006. Disponível em: <<http://www2.mec.gov.br/sapiens/portarias/dec5773.htm>>. Acesso em: 04 fev. 2020.

_____. **Decreto Nº 5.800/06**. Brasília, DF, 08 jun. 2006. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/decreto/d5800.htm>. Acesso em: 04 fev. 2020.

_____. **Portaria Nº 1.047/07**. Brasília, DF, 07 nov. 2007. Disponível em: <https://www.ufmg.br/dai/textos/educacao_distancia.pdf>. Acesso em: 04 fev. 2020.

_____. **Referências de Qualidade para Educação Superior a Distância**. Brasília, DF, ago. 2007. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/seed/arquivos/pdf/legislacao/refead1.pdf>>. Acesso em: 04 fev. 2020.

_____. **Resolução CNE/CES Nº 1/01**. Brasília, DF, 03 abr. 2001. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/seed/arquivos/pdf/tvescola/leis/CES0101.pdf>>. Acesso em: 04 fev. 2020.

_____. **Resolução CNE/CES Nº 2/05**. Brasília, DF, 09 jun. 2005. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/rces002_05.pdf>. Acesso em: 04 fev. 2020.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E DO DESPORTO. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional Nº 9.394/96**. Brasília, DF, 20 dez. 1996. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9394.htm>. Acesso em: 04 fev. 2020.

MOORE, M.; KEARSLEY, G. **Educação a distância: uma visão integrada**. São Paulo: Cengage Learning, 2007.

NAZZARI, R. K. et al. **Desenvolvimento, capital social e educação no Brasil**. In: Seminário do Centro de Ciências Sociais Aplicadas, 3., 2004, Cascavel. Anais... Cascavel, 2004. v. 1. p. 1-7.

NEVADO, Rosane Aragon de. **Ambientes virtuais de aprendizagem: do “ensino na rede” à “aprendizagem em rede”**. Disponível em: <http://www.tvebrasil.com.br/salto/boletins2005/nfa/tetxt2.htm>. Acesso em: 04 fev. 2020.

NUNES, Ivônio Barros. Noções de educação à distância. **Revista educação à distância**. Vols. 3, 4 e 5. Brasília: INED, dez/1993 a abril/1994.

PRIMO, Lorrane de Lima. **A EaD como política pública de desenvolvimento no cerrado: benefícios da implantação do polo de apoio presencial da UAB em palmas/TO**. Dissertação de Mestrado Programa de Mestrado em Desenvolvimento e Planejamento Territorial. Palmas, 2014.

REIS, Sandra Melo dos. **Incompatibilidades entre Educação e Ocupação: Uma Análise**

RIBEIRO, Renata Aquino. **Introdução à EaD**. São Paulo: Pearson Education do Brasil, 2014.

SCHUHMACHER, V. R. N.; Alves Filho, J. P.; Schuhmacher, E. **As barreiras da prática docente no uso das tecnologias de informação e comunicação**. Ciênc. Educ., Bauru, v. 23, n. 3, p. 563-576, 2017.

SIEDENBERG, Dieter Rugard. **Indicadores de Desenvolvimento Socioeconômico uma Síntese**. Desenvolvimento em Questão, ano 1, n. 1, jan./jun., 2003. Disponível em: <http://www.spell.org.br>. Acesso em: 05 jan. 2020.

SILVA, Cleber Cezar da. **Novas tecnologias e globalização: caminhos para a construção do conhecimento em língua espanhola**. Itinerarius Reflections - Revista Eletrônica do Curso de Pedagogia do Campus Jataí, v. 1, n 10, 2011.

UFMG, 2012.

SILVA, Michele Lins Aracaty e; COSTA, M. F. **Educação na Região Metropolitana de Manaus: Uma relação entre o IDH e Desenvolvimento**. In: NASCIMENTO, Aldenize; FILHO, Alcimar; SOUZA, Fábio. (Org.). Educação na Amazônia: Relatos e Reflexões Interdisciplinares. 1ed. Pará de Minas: Virtual Books, 2017, v. 1, p. 83-102.

SILVA, Cleverson Ramom Carvalho Silva. **As Inter-Relações entre Educação Profissional e Desenvolvimento**. Semana do Economista. UNIMONTES. Minas Gerais, 2013. Disponível em: <http://www.ccsa.unimontes.br/semanadoeconomista>. Acesso em: 20 out. 2019.

SMITH, A. **A Riqueza das Nações**. Tradução Alexandre Amaral Rodrigues e Eunice Ostrensky. 2. ed. São Paulo: M. Fontes, 2012.

SOUSA, Flávio Eliziário de. FREIESLEBEN, Mariane. **A Educação como Fator de Desenvolvimento Regional**. Rev. FAE, Curitiba, v. 21, n. 2, p. 163 - 178, jul./dez. 2018.

SOUZA, Noemi de Souza e. Evolução Histórica do Ead no Brasil. Belem, 2017. Disponível em: <http://www.aedmoodle.ufpa.br/mod/forum/discuss.php?d=87891>. Acesso em: 23 mai. 2020.

VIGNERON, Jacques. In BARIAN PERROTTI, E. M; VIGNERON, Jacques. **Novas tecnologias no contexto educacional: reflexões e relatos de experiências**. São Bernardo do Campo, Unesp, 2003.

ÍNDICE REMISSIVO

A

Aprendizagem 1, 2, 3, 4, 5, 9, 10, 11, 12, 13, 17, 18, 21, 26, 27, 29, 30, 31, 33, 34, 35, 36, 37, 39, 40, 44, 47, 48, 52, 54, 57, 62, 63, 64, 65, 66, 67, 90, 91, 93, 95, 97, 98, 103, 105, 106, 109, 111, 112, 113, 114, 115, 116, 122, 124, 126, 127, 128, 131, 132, 134, 139, 142, 148, 149, 152, 153, 154, 155, 156, 158, 160, 161, 162, 163, 164, 165, 167, 169, 170, 171, 172, 180, 181, 182

Audiologia 134, 136, 137, 138, 139

Aulas remotas 45, 90, 91, 92, 93, 94, 95, 97, 98, 115, 130, 164

C

Ciberformação docente 141, 143, 144, 145, 155

Comunidade escolar 3, 32, 35, 51, 90, 94, 96, 111, 112, 113, 114, 115, 116, 118

Covid 19 1, 122, 166, 174, 175, 176, 179, 182

D

Desenvolvimento 1, 2, 3, 4, 7, 9, 11, 12, 13, 15, 16, 19, 21, 22, 23, 24, 25, 26, 27, 28, 30, 31, 34, 35, 50, 51, 53, 54, 55, 57, 58, 64, 65, 67, 81, 83, 88, 90, 93, 94, 98, 108, 111, 114, 118, 119, 123, 124, 128, 129, 131, 135, 138, 145, 154, 156, 157, 158, 159, 160, 161, 162, 163, 164, 165, 167, 168, 169, 170, 171, 172, 179, 180, 181

Desenvolvimento cognitivo da criança 156, 158, 160, 161

Diários de campo 74, 76, 81, 82, 83, 84, 85, 86, 87, 88

Distanciamento social 1, 2, 11, 30, 55, 75, 91, 100, 102, 112, 123, 134, 136, 139, 156, 157, 158, 159, 161, 162, 164, 167, 168, 180

E

Educação 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 10, 11, 12, 13, 14, 15, 16, 17, 19, 20, 21, 22, 23, 24, 25, 26, 27, 28, 29, 30, 31, 32, 33, 35, 36, 37, 38, 40, 41, 44, 45, 46, 47, 48, 49, 50, 51, 52, 53, 55, 56, 62, 65, 67, 68, 70, 71, 73, 75, 76, 88, 89, 90, 91, 92, 93, 94, 95, 96, 97, 98, 99, 100, 102, 103, 108, 109, 110, 111, 112, 113, 114, 116, 118, 119, 120, 122, 123, 124, 125, 126, 127, 129, 130, 131, 132, 133, 134, 140, 141, 142, 143, 144, 145, 146, 147, 148, 149, 150, 151, 152, 153, 154, 155, 158, 159, 160, 162, 163, 164, 165, 166, 167, 168, 169, 171, 172, 173, 174, 175, 180, 182, 183, 184, 185

Educação à distância 1, 10, 15, 16, 17, 24, 25, 26, 27, 31, 32, 33, 37, 47, 134, 140

Educação básica 2, 9, 10, 15, 17, 20, 31, 35, 46, 48, 50, 90, 97, 103, 111, 113, 114, 119, 120, 130, 141, 143, 144, 145, 146, 147, 149, 158, 159, 160, 163, 164, 167, 171, 185

Educação online 141, 142, 143, 144, 148, 149, 150, 151, 152

Educando autista 99, 100, 102, 105, 107

Ensino 1, 2, 3, 4, 6, 7, 8, 9, 10, 11, 12, 13, 14, 15, 16, 17, 18, 19, 20, 21, 24, 25, 26, 27, 29, 30, 31, 32, 33, 34, 35, 36, 38, 39, 40, 41, 43, 44, 45, 46, 47, 48, 49, 50, 51, 52, 54, 55, 57, 60, 61, 62, 63, 64, 65, 66, 67, 68, 69, 70, 71, 72, 73, 75, 77, 86, 89, 90, 91, 92, 93, 94, 95, 96, 97, 98, 99, 100, 102, 103, 104, 105, 106, 108, 111, 112, 113, 114, 115, 116, 117, 118, 119, 120, 121, 122, 123, 124, 125, 127, 129, 130, 131, 134, 135, 139, 140, 141, 142, 143, 144, 145, 146, 147, 148, 149, 150, 152, 153, 154, 156, 157, 158, 159, 161, 162, 163, 164, 165, 167, 169, 170, 171, 172, 173, 181, 185

Ensino não presencial 29, 30, 31, 32, 33, 34, 36, 39, 40, 70

Ensino remoto 1, 30, 33, 35, 39, 44, 45, 46, 77, 92, 93, 94, 95, 96, 97, 99, 100, 102, 103, 104, 108, 111, 112, 113, 114, 115, 116, 117, 118, 119, 129, 130, 134, 135, 139, 156, 157, 158, 159, 161, 162, 163

Escola 1, 3, 4, 5, 6, 9, 11, 12, 13, 21, 23, 29, 32, 33, 35, 36, 38, 42, 47, 48, 49, 50, 51, 52, 56, 62, 64, 66, 67, 73, 74, 76, 77, 82, 85, 87, 90, 92, 93, 95, 96, 97, 98, 99, 100, 101, 103, 104, 106, 108, 109, 111, 112, 113, 114, 115, 116, 118, 119, 120, 122, 123, 124, 125, 126, 127, 128, 129, 130, 133, 144, 147, 149, 150, 151, 153, 160, 163, 165, 169, 172, 174, 175, 176, 179, 180, 181, 182, 183, 184

Espaço virtual coletivo 29, 31

Experiência 22, 30, 31, 34, 40, 49, 53, 54, 62, 70, 71, 100, 104, 105, 106, 114, 124, 134, 136, 147, 149

Extensão 53, 55, 61

F

Fonoaudiologia 134, 136, 137, 138

Formação de professores e educadores 62, 63

G

Gêneros de texto 74, 77, 78, 85, 86, 87, 88

Gestão 13, 34, 40, 65, 67, 90, 91, 92, 93, 94, 95, 96, 97, 98, 109, 113, 118, 152, 174, 175

I

Inclusão escolar 99, 102, 108, 109

L

Luto 174, 175, 176, 177, 178, 179, 180, 181, 182, 183, 184

M

Mal-estar docente 111, 117, 119

Morte 126, 174, 175, 176, 177, 178, 179, 180, 181, 182, 183, 184

P

Palestras 37, 53, 57, 59, 60

Pandemia Covid-19 111

Participação escolar 90

Plataformas digitais 29, 34, 50, 92, 93, 131, 135, 152

Prática de ensino supervisionada 62, 64, 67, 69

Práticas pedagógicas 9, 29, 39, 40, 46, 64, 103, 108, 149, 167, 169, 172

Práxis pedagógica 141, 143, 145, 148, 154

Professores 2, 3, 4, 11, 12, 15, 17, 20, 25, 29, 32, 33, 34, 35, 36, 37, 38, 40, 44, 45, 46, 49, 50, 51, 55, 56, 57, 58, 59, 60, 61, 62, 63, 64, 65, 67, 68, 69, 70, 71, 72, 73, 90, 91, 92, 93, 95, 96, 100, 102, 103, 104, 105, 108, 109, 110, 111, 112, 113, 114, 115, 116, 117, 118, 119, 120, 122, 123, 128, 130, 136, 139, 142, 143, 144, 146, 147, 148, 149, 150, 151, 154, 155, 156, 158, 160, 161, 162, 167, 169, 172, 179, 180, 181, 185

Programa Escola Cuiabana 1

Projeto 5, 12, 19, 20, 36, 45, 48, 53, 55, 56, 57, 58, 59, 60, 61, 75, 136, 137, 138, 139, 146, 149, 163, 165, 183

Psicanálise 99, 100, 101, 105, 107, 110

R

Recursos educativos digitais 62, 64, 65, 71, 72, 73

Recursos tecnológicos 3, 7, 12, 34, 65, 93, 102, 114, 115, 116, 142, 166, 170, 172

T

Tecnologias 2, 9, 10, 15, 16, 17, 18, 21, 22, 26, 27, 28, 30, 31, 33, 34, 35, 40, 44, 47, 48, 49, 50, 51, 52, 65, 66, 67, 71, 89, 94, 95, 97, 98, 102, 112, 122, 123, 127, 129, 130, 131, 132, 133, 135, 139, 141, 142, 143, 144, 145, 147, 148, 149, 151, 152, 153, 154, 155, 170, 172

TIC 16, 20, 21, 25, 123, 124, 139, 141, 142, 144, 145, 146, 147, 148, 149, 150, 151, 152, 153, 154

Trabalho docente 111, 112, 113, 116, 117, 121, 172

U

Universidade 14, 15, 20, 41, 58, 61, 72, 74, 76, 90, 98, 99, 106, 108, 109, 111, 122, 124, 125, 130, 134, 141, 156, 158, 166, 167, 172, 174, 185

V

Vygotsky 156, 157, 158, 159, 160, 161, 162, 163, 164, 165

EDUCAÇÃO EM TEMPOS



DE PANDEMIA

E ISOLAMENTO:

PROPOSTAS E PRÁTICAS

www.atenaeditora.com.br 

contato@atenaeditora.com.br 

[@atenaeditora](https://www.instagram.com/atenaeditora) 

www.facebook.com/atenaeditora.com.br 

EDUCAÇÃO EM TEMPOS



DE PANDEMIA

E ISOLAMENTO:

PROPOSTAS E PRÁTICAS

www.atenaeditora.com.br 

contato@atenaeditora.com.br 

[@atenaeditora](https://www.instagram.com/atenaeditora) 

www.facebook.com/atenaeditora.com.br 